A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O GOVERNO FHC E O CICLO PETISTA

Jairo da Silva e Silva¹

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo comparar a expansão do ensino superior durante os governos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002) e o ciclo petista (2003-2016), principalmente na Amazônia brasileira. Para tanto, adotou-se como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa/interpretativista, a partir de reflexões apresentadas por estudiosos da educação brasileira e dados oficiais, permitindo-nos analisar as dinâmicas da expansão dessa modalidade de ensino no Brasil nas duas últimas décadas. Os resultados revelam que, quando estes ciclos presidenciais são comparados, o ensino superior brasileiro no aspecto quantiqualitativo, tanto público, quanto privado, a expansão é mais evidente nos governos do Partido dos Trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão do ensino superior; Amazônia brasileira; FHC; Ciclo petista.

THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZILIAN AMAZON: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE FHC GOVERNMENT AND THE PETISTA CYCLE

¹ Doutorando em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Letras – Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da área de Letras do Instituto Federal do Pará, IFPA/Campus Abaetetuba. E-mail: jairo.silva@ifpa.edu.br

ABSTRACT: This article aims to compare the expansion of higher education during the presidential governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002) and the *petista* cycle (2003-2016), especially in the Brazilian Amazon. Therefore, the qualitative / interpretative approach was adopted as methodological procedures, based on reflections presented by scholars of Brazilian education and official data, allowing us to analyze the dynamics of the expansion of this teaching modality in Brazil in the last two decades. The results show that when these presidential cycles are compared, the Brazilian higher education in the quantitative and qualitative aspect, both public and private, the expansion is more evident in the *Partido dos Trabalhadores* governments.

KEYWORDS: Expansion of higher education; Brazilian Amazon; FHC; Cycle *Petista*.

INTRODUÇÃO

O presente texto faz uso dos resultados obtidos na dissertação de mestrado intitulada “A mercantilização da educação: análise discursiva de anúncios publicitários de faculdades e/ou universidades privadas que atuam na Amazônia brasileira”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Pará (Belém-PA, Brasil), onde analisou-se o processo discursivo de transformação da educação em produto de consumo, enunciado em anúncios publicitários de faculdades e/ou universidades privadas que atuam na Amazônia brasileira, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa².

Segundo a Análise do Discurso, para que se atinja a compreensão dos sentidos, é preciso que se leve em consideração as condições de produção dos discursos. Neste artigo, o contexto sócio-histórico sobre a expansão do ensino superior brasileiro contribui para a produção dos efeitos de sentido dos impactos que tiveram os quatorze anos de governo do Partido dos Trabalhadores, em específico, na Amazônia brasileira³.

² A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais (GREGOLIN, 2007, p. 13).

³ A referência à Amazônia brasileira trata-se da área geopolítica denominada oficialmente por

Para que se atinja aos objetivos propostos, o objeto de análise é a expansão desta modalidade de ensino na referida região, a partir do advento da redemocratização no Brasil.

Desde então, até os dias atuais, o país já teve sete presidentes, a saber: Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992), Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010), Dilma Vana Rousseff (2011-2014, 2015-2016), Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2017) e Jair Messias Bolsonaro (atual). No entanto, desde a redemocratização, entre os sete presidentes do Brasil, somente dois governaram o país por oito anos seguidos, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, por isso, apresentamos um breve quadro comparativo da expansão da educação superior no Brasil entre esses dois governos presidenciais, principalmente na Amazônia.

Desta forma, aos considerarmos a complexidade que constitui a educação brasileira, sobretudo os debates acerca do ensino superior, amplamente marcado por conflitos teóricos e ideológicos, importa ressaltar que o propósito deste trabalho é comparar os avanços desta modalidade de ensino a partir da reforma política implementada pelo presidente Fernando Collor de Mello, seguindo por Itamar Franco e se solidificando no governo de Fernando Henrique Cardoso, bem como as políticas públicas para o ensino superior durante os mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff.

POLÍTICA NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O início da ênfase no ensino superior privado em nosso país deu-se nos anos finais do século XX, consolidando-se nos anos seguintes, o que

Amazônia Legal. Segundo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a área de abrangência da Amazônia Legal corresponde em sua totalidade aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e, parcialmente, o estado do Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Fonte: <<http://www.sudam.gov.br/>>. Acessado em 15 de março de 2017).

implica afirmar que a política de expansão dessa modalidade de ensino é parte da reforma do Estado implementada no Brasil.

Segundo a professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Vera Lúcia Jacob Chaves (2010), o ponto central dessa reforma está na redefinição do papel do Estado, que reafirma, por um lado, o valor do Estado democrático e republicano como o âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de recursos, ao mesmo tempo em que ele é desmantelado, em função do reforço darwiniano do mercado, procurando, a qualquer custo, a manutenção dos lucros.

Essa reforma implementada no nosso país é um processo de mudança dinâmico, muito mais amplo e complexo do que se pode descrever, pois trata-se de uma reconfiguração do Estado brasileiro. Com a dinâmica do capitalismo atrelada ao neoliberalismo, com a solidificação da mundialização da economia, com os avanços tecnológicos, o Estado, sendo o aparelho responsável pelos suprimentos à dignidade da população, não tem conseguido exercer o seu papel e, às vezes impotente, inerte, inoperante, resta-lhe a passagem à iniciativa privada das atividades consideradas pela Constituição do país como dever do Estado, como a saúde, a educação, o transporte público, etc. Conforme assegura Neves e Fernandes (2002, p. 21-22), esse complexo processo de reconfiguração do país a partir dos anos finais da década de 80 aponta uma fragilidade do papel do Estado como provedor das necessidades e um aumento do seu papel enquanto regulador, enquanto gestor.

Essa é a lógica do neoliberalismo: afirmar que a economia deve ser controlada pela ótica do capitalismo, cabendo ao Estado o gerenciamento dos gastos públicos e a diminuição de investimento em políticas sociais. Desta forma, entra em cena a privatização como a “salvadora da pátria”, buscando atender às demandas da sociedade, que, por sua vez, está insatisfeita com os serviços oferecidos pelo poder público, ideologizando o Estado como ineficiente, inoperante e burocrático e significando a iniciativa privada como mais eficiente, mais eficaz, ou seja, desqualifica-se o serviço público e valoriza-se os serviços privados.

De acordo com Sguissardi e Silva Jr. (2005, p. 11), a lógica neoliberal discursiviza o estatal como “o reino da ineficiência, da burocracia, da corrupção, da opressão, da extorsão (de impostos) e da má prestação de serviços, e sacraliza-se o privado como sendo o reino exclusivo da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo”. Esse discurso significa, simultaneamente, desqualificação do Estado e supervalorização da iniciativa privada.

Conforme Lima (2007, p. 79), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está relacionado à economia internacional – em processo de subordinação aos interesses de países ditos desenvolvidos –, mas em acordo com os interesses da classe burguesa dominante no país, sustentando as relações de dominação ideológica e exploração econômica.

Assim, no final do século XX, o Brasil não teria as condições necessárias para atender às demandas das dinâmicas operadas pelo capitalismo, e, segundo o governo, seria necessária a viabilização de investimentos em todos os setores da sociedade.

Antes de chegarmos ao advento dos ideais neoliberais no país, há que se ressaltar que se saía de um longo período de ditadura militar, momento histórico nada fácil economicamente, marcado, inclusive, por endividamento externo:

A economia brasileira entrou em crise no fim dos anos 1970, com o segundo choque do petróleo – em 1979 –, momento em que sofreu drasticamente: por exemplo, houve um aumento da dívida externa em função do aumento das taxas de juros internacionais e uma drástica redução da entrada de recursos externos no país (decorrente da perda de confiança na administração da economia brasileira, sobretudo após a moratória mexicana, em 1982) (UGÁ, 2004, p.3).

Em virtude desse quadro, nos anos finais do século XX, tem-se uma recessão econômica no país, com altos índices de inflação e um evidente nível de desemprego na indústria. O Estado brasileiro viu-se obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial, e

seguir sua linha de combate à recessão, que na maioria das vezes implica algumas consequências, tais como: aumento de desemprego, aumento das relações de trabalhos informais, arrocho salarial, etc.

Recorrer ao FMI e suas exigências, consequentemente, significou o pagamento de altas taxas de juro, aumento de dívida (interna e externa) e diminuição da arrecadação, o que ocasionou um Estado máximo para as classes hegemônicas e um estado mínimo para as políticas sociais do país.

Em seu livro *Os empresários e a educação superior*, José Rodrigues (2007) afirma que, com as mudanças operadas no aparelho do Estado a partir do advento da agenda neoliberal, as IES privadas têm a tendência de se tornarem efetivas empresas de ensino, isto é, “comercializarem a mercadoria-educação e, ao mesmo tempo, operarem o pensamento pedagógico empresarial no sentido de (con)formar uma força de trabalho de nível superior adequada ao *télos economia competitiva*” (RODRIGUES, 2007, p. 16) na intenção de adaptarem seus produtos às demandas capitalistas. Assim, essas IES têm se transformado em “empresas prestadoras de serviço, isto é, fornecedoras de educação-mercadoria” (RODRIGUES, 2007, p. 22).

Assim, a educação superior é tratada como um bem de serviço comercializável, ou seja, como objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a educação-mercadoria, de interesse dos empresários da educação.

O ENSINO SUPERIOR NOS GOVERNOS DE FERNANDO COLLOR DE MELLO A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: IMPORTANTES CONSIDERAÇÕES

Assim iniciamos a última década do século XX no Brasil, com a presença do FMI, do Banco Mundial e com as cobranças da lógica capitalista, com as reformas neoliberais, com a privatização de serviços públicos. O projeto neoliberal teve início com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994). Ambos os governos tinham por objetivo o desenvolvimento da economia, tentando

inserir o Brasil no capital internacional, buscavam reduzir a intervenção do Estado no sistema econômico, o que por sua vez acarretava em prejuízos aos direitos sociais e trabalhistas. No âmbito educacional, foi organizado um programa baseado em características neoliberais: equidade, eficiência e competitividade, procurando, assim, preparar a educação superior para as demandas da economia globalizada.

(...) o governo Collor de Mello e, posteriormente, o governo Itamar Franco, elaboraram um conjunto de alterações na política de educação superior pautado no projeto de formação de recursos humanos demandados por um mercado competitivo, que forjava a inserção do Brasil na globalização econômica e na sociedade da informação (LIMA, 2007, p. 125).

A esse modo, entende-se que esses dois governos, à disposição dos órgãos internacionais que “ditavam as regras” dos rumos das economias dos países ditos periféricos, articularam e efetivaram políticas públicas que atendessem os interesses econômicos em detrimento de investimentos sociais, inclusive no âmbito educacional.

Segundo Neves e Fernandes (2002, p. 25-26), os governos iniciados na década de 90 tiveram seus planos de governo baseados na chamada *Terceira Via*, ou seja, a articulação entre o estatal e o privado com a mesma finalidade: viabilizar a sobrevivência do capitalismo.

A Terceira Via⁴ seria a lógica do neoliberalismo tentando “humanizar” o capitalismo. Segundo Antunes (2005, p. 99), a Terceira Via “acaba configurando-se como a preservação do que é fundamental

⁴ Martins [2009, p.62] afirma que a Terceira Via recebe outros termos: Nova Esquerda, Nova Social-Democracia, Centro-Esquerda, Social-Democracia Modernizadora, Governança-Progressiva, no entanto, possui o mesmo ideário. De acordo com Giddens (2001, p. 165), na conclusão do livro *A terceira via e seus críticos*, “não importa que a expressão ‘terceira via’ seja usada ou não em referência às ideias discutidas neste livro. O que está em questão é fazer com que os valores de centro-esquerda sejam considerados em um mundo submetido a profundas mudanças, a favor da estabilização da hegemonia burguesa mundial nos anos iniciais do século XXI”.

do neoliberalismo, dando-lhe um frágil verniz socialdemocrático cada vez menos acentuado.”.

De acordo com Neves (2005a), a primeira etapa da efetivação da Terceira Via no país ocorreu desde os anos iniciais da década de 90 até a implementação do Plano Real, pelo então Ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que aproveitou esse plano para reduzir as taxas de inflação e viabilizar uma certa estabilidade econômica. No ano seguinte, 1995, FHC é eleito presidente da república (e posteriormente reeleito, ou seja, governou entre os anos 1995-1998 e 1999-2002), em consonância com os valores da burguesia nacional e interesses dos órgãos internacionais, quando lança o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, que na apresentação já pontua dizeres que significam o ideário neoliberal:

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de «gerencial», baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna «cliente privilegiado» dos serviços prestados pelo Estado (CARDOSO, 1995, Apresentação).

No discurso oficial do governo FHC, valores condizentes com a iniciativa privada já significavam o que estava por vir: a viabilidade do projeto da Terceira Via.

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos

e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora, o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências, que daí resultaram, deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de ‘publicização’ (BRASIL, MARE, 1995, Introdução).

Desta forma, o Estado deixa de ser responsável pela produção de bens e serviços que garantem a dignidade da população brasileira e os transfere à iniciativa privada, priorizando como norteammento: a privatização, a terceirização e a publicização. A privatização, como proposta de viabilidade à arrecadação de fundos a fim de garantir o equilíbrio da economia. A terceirização como proposta de transferência para a iniciativa privada, pela responsabilidade de serviços que outrora pertenciam ao Estado, por exemplo, transporte e limpeza, tudo isso através de contratos de prestação de serviços.

Já a publicização, como a viabilidade da conversão de órgãos estatais em órgão de direito privado, mas gerenciados com recursos públicos, o chamado terceiro setor: as organizações não-governamentais, instituições filantrópicas, associações comunitárias e algumas fundações empresariais. Ou seja, as responsabilidades do Estado são transferidas a organizações públicas não-estatais a serviço da lógica capitalista.

Esse processo de “publicização” incidiria, sobretudo, na implementação de políticas públicas sociais, ou seja, no trato direto com os diversos direitos sociais, como educação, saúde, esporte, lazer, artes, ciência e tecnologia. Com isso, tais políticas deixariam de ser implementadas diretamente por organizações vinculadas à aparelhagem estatal para serem de responsabilidade das organizações públicas não-estatais, devidamente financiadas pelo Estado (MELO; FALLEIROS, 2005, p.176).

Pautado nos propósitos do neoliberalismo, a fim de impulsionar a prática da publicização e da privatização, segundo Lima (2007), Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos presidenciais, no âmbito educacional, considerou a educação superior como um serviço público não estatal, o que implicou uma evidente desobrigação do Estado para com esse nível de educação, assim, dando forças ao empresariamento da educação superior e, por sua vez, sua mercantilização.

O ENSINO SUPERIOR NOS OITO ANOS DE GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: INDISPENSÁVEIS CONSIDERAÇÕES

Entre as políticas públicas viabilizadas nos oito anos de governo FHC para a educação, que referendam a lógica neoliberal, sobretudo no ensino superior, pode-se destacar:

I) sanção à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96, que confirma no Art. 45: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização”. Ressalta-se que a LDB apenas referenda o que já propunha a Constituição Federal de 1988, no Art. 209: liberdade à iniciativa privada para oferecer o ensino. E, mais adiante, no Art. 213, autorização de recursos públicos para a iniciativa privada;

II) decretos de classificação acadêmica:

a) Primeiro, o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, o qual regulamenta o funcionamento do sistema de ensino superior, classificando-o academicamente em cinco tipos de instituições: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores;

b) Segundo, Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, o qual dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências;

c) Terceiro, Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

d) E, por fim, o Projeto de Lei nº 7.200/2006, que tramita no congresso nacional desde 2006, que classifica as instituições de ensino superior em três tipos: universidades, centros universitários e faculdades.

Esses dispositivos legais articulados pelo governo FHC favoreceram a expansão da educação superior realizada pela iniciativa privada, como se pode verificar na seguinte tabela.

Tabela 1: Evolução do número de instituições de educação superior por dependência administrativa no Brasil durante o governo FHC (1995-2002)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	894	57	76	77	684
2002	1.637	73	65	57	1.442
1995/2002 (%)	83.1	28.1	-14.5	-26.0	110.8

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (MEC/INEP/SEEC, Brasil, 2012).

Os dados apresentados na tabela 1 evidenciam a expansão de 83% no número de IES no governo de FHC, onde o crescimento do número de IES privadas é predominante. A quantidade de IES privadas mais que

dobrou nesse período, ficando com expansão de 110.8%. O número de IES federais também aumentou no governo FHC, porém em menor escala, atingindo 28,1%, com um retraimento ainda no número de IES estaduais e municipais.

Quando se afirma que o número das IES federais aumentou em 28,1% (ou 16 IES), durante o governo FHC, é necessário que se considere relevantes informações acerca da realidade, pois, na prática, não significa a construção de novas IES, mas o desmembramento, união, mudança de nome de instituição já existente. Naquele contexto, a categoria instituição federal de ensino incluía (além de universidades) as Escolas Técnicas Federais, onde dez unidades foram transformadas em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

De acordo com o *site* do MEC⁵, durante os oito anos de governo de FHC, apenas seis universidades federais foram criadas, no entanto, algumas destas não foram construídas durante esse período, deixando-se, assim, a continuidade da edificação e inauguração por conta de seu sucessor, Lula da Silva.

Das seis leis de criação de universidades federais no governo FHC, quatro trata-se de conversão de instituição federal já existente para a condição de universidade federal e as outras duas levaram quase quatro anos para o término das obras, as quais foram concluídas e inauguradas pelo presidente Lula, o que implica afirmar que o presidente Fernando Henrique Cardoso não inaugurou nenhuma instituição de ensino superior.

Em se tratando de Amazônia legal, a única universidade federal criada por FHC, foi a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), sediada em Belém do Pará. Inicialmente era denominada de Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), passando a ser Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) em 1972. Após 64 anos de existência, o pedido de transformação foi sancionado por Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002, uma semana antes da conclusão de seu mandato presidencial (ficando a cargo do governo Lula da Silva a responsabilidade na prática pela estruturação dessa faculdade à categoria de universidade federal).

⁵ Fonte: <www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes>. Aces. 02 abril de 2017.

De acordo com Carvalho (2006), a evolução das matrículas realizadas em IES privadas apresentou trajetória ascendente nos governos de FHC, fato demonstrado pela tabela 2:

Tabela 2: Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presenciais por dependência administrativa no Brasil durante o governo FHC (1995-2002)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	1.759,703	367.531	239.215	93.794	1.059,163
2002	3.479.913	531.634	415.569	104.452	2.428.258
1995/2002 (%)	97.8	44.7	73.7	11.4	129.3

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (MEC/INEP/SEEC, Brasil, 2012).

Os dados da tabela 2 apontam que o número de matrículas no ensino superior, durante o governo FHC, quase dobrou, obtendo o crescimento de 97.8%. Ao considerarmos o número de IES e o percentual de matrícula, constatamos a predominância de instituições privadas, conferindo ao Brasil, segundo Sguissardi (2006, p. 1028), o maior índice de privatização entre os países da América Latina e um dos cinco mais altos no mundo.

Em 1994, das 851 IES, 192 (22.5%) eram públicas e 659 (77.5%) eram privadas. Em 2002, das 1.637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88.1%) eram privadas. Nesse período de oito anos, as IES privadas passaram de 77.5% para 88.1%. O número de IES cresceu 92%; o de IES públicas permaneceu estável; o das IES privadas cresceu 118%. O mesmo fenômeno verifica-se em relação à evolução das matrículas. No período 1994-2002, para um aumento do total de matrículas da ordem de 109%, o do setor privado foi de 150%, três vezes maior que o do setor público, de apenas 52%. Cabe registrar, ainda assim, que o principal aumento no setor público se deu nas estaduais. O setor privado, que, em 1994, concentrava 58% das matrículas, em 2002 já concentrava 70% (SGUISSARDI, 2006, p. 1.028).

Entre as políticas educacionais para o ensino superior realizadas por FHC, destaque para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, o Fies é um programa destinado

a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Esse financiamento é 100% operacionalizado pelo banco estatal Caixa Econômica Federal.

Desta forma, o governo FHC abraçou as propostas neoliberais, fundamentadas nas exigências feitas pelos órgãos internacionais aos países periféricos, viabilizando um ensino superior preocupado apenas com o ensino e em certificar, a qualquer custo, o trabalhador para o mercado de trabalho, porém, dificilmente um cidadão “capaz de pensar, de estudar, de criar e de controlar a quem dirige” (GRAMSCI, 1988, p. 136).

As reformas educacionais implantadas no governo de FHC tiveram a finalidade de estabelecer uma nova concepção de educação, orientada não como um direito social, mas como um serviço, portanto, regulada pelas leis do mercado. No ensino superior, em particular, esse processo ocorreu, de modo mais intenso, em duas frentes: racionalização dos recursos destinados às universidades públicas, induzindo estas instituições a buscarem fontes alternativas de financiamento e, conseqüentemente, aproximando-as da lógica do mercado, oferecendo, inclusive, serviços a empresas, na condição de contratada; e o fortalecimento da iniciativa privada enquanto locus privilegiado da oferta desse nível de ensino, provendo financiamento público às atividades dessas instituições, por meio de bolsas de estudos, crédito educativo e isenção fiscal. Dentro dessa conjuntura, a expansão acelerada da iniciativa privada no ensino superior foi o resultado mais visível do conjunto de reformas (ARAÚJO, 2011, P. 18).

No fim do seu segundo mandato como presidente do país, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu eleger o seu sucessor. As eleições presidenciais tiveram como principais concorrentes o ex-ministro da saúde de FHC, José Serra, e Lula da Silva, o operário sindicalista. Lula da

Silva foi eleito Presidente do Brasil, começando-se, assim, uma nova era na política nacional brasileira.

O ENSINO SUPERIOR NOS OITO ANOS DE GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA: INDISPENSÁVEIS CONSIDERAÇÕES

Após ter tentado por três vezes, em 1989, 1994 e 1998, no ano de 2002, Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e assume o governo em 2003 (e reeleito por mais um mandato, 2006 a 2010), enquanto havia muita expectativa de mudança. O PT “não se apresenta mais como um partido construtor e organizador da contra-hegemonia, mas como uma força política reformista que disputa a hegemonia brasileira nos marcos estritos do capitalismo” (NEVES, 2005b, p. 115).

Segundo Neves (2005b), o governo de Lula da Silva daria continuação à política neoliberal da Terceira Via, uma vez que dá continuidade às práticas de Fernando Henrique Cardoso, porém com a diferença de onde vinham: enquanto FHC é representante da burguesia dominante do país, Lula representa um governo populista, da classe trabalhadora. Ou seja, ainda que mantivesse os interesses neoliberais, o presidente petista foi marcado pelo empenho da tentativa de favorecer ao interesse público, “voltada predominantemente para a prestação de serviços sociais às populações ‘excluídas’ e também para aumentar a autoestima dos cidadãos discriminados da sociedade brasileira [...]” (NEVES, 2005b, p. 96).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) promoveu importantes mudanças no Brasil e na educação. Foram muitos os avanços no sentido de diminuir a pobreza e possibilitar a inserção social de setores que estiveram historicamente às margens da sociedade e do sistema escolar. Contudo, essas mudanças não foram capazes de romper a racionalidade que informa as políticas educacionais que seguem promovendo uma ideia de progresso dependente de uma gestão escolar eficaz (OLIVEIRA, 2015, p. 627).

Além de continuar com a parceria entre o Estado e a iniciativa privada, segundo Boito JR. (2006), o governo de Lula da Silva conseguiu implementar transformações sociopolíticas e atrair o investimento de grandes empresas transnacionais, elevando, assim, o país em posições de vantagem diante do cenário internacional, levando-o a ter acesso aos países imperialistas:

(...) logrou, graças à influência que ainda tem sobre parte do movimento sindical e dos movimentos populares, dar maior estabilidade à política burguesa e pró-imperialista no Brasil e implementar contrarreformas que dificilmente um governo, como o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conseguiria implantar (BOITO JR., 2006, p. 237).

Ao analisar os dois mandatos presidenciais de Lula da Silva, Garcia (2009, p. 16) afirma que o país está submisso aos países imperialistas centrais e, ao mesmo tempo, submete os países vizinhos a essa mesma condição. As empresas transnacionais geram empregos, mas ao mesmo tempo promovem impactos na sociedade, tais como “degradação ambiental, violações de direitos humanos e sociais das populações locais, problemas nas condições de trabalho, assim como vêm sendo envolvidas em denúncias de superfaturamento, corrupção e financiamento ilegal de partidos e políticos” (GARCIA, 2009, p. 16). Ao assumir a agenda neoliberal, da Terceira Via, o Estado admite “não haver alternativas ao movimento de financeirização do capital, sendo impossível alterar a eixo da política neoliberal no país” (MARTINS, 2009, p. 225).

Entre as políticas públicas que legitimam a relação entre público e privado no governo de Lula da Silva, pode-se destacar a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Estabelece-se que o governo federal poderá arcar com o financiamento parcial ou integral desses contratos:

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas [...], quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens (BRASIL, 2004, p.1)

De acordo com Espínola e Cavalcante (2014, p. 10), essas parcerias são caracterizadas como uma “atualização do conceito de privatização, em voga no governo de FHC, mas aqui assumindo um contorno mais branco, temporário, dando também uma noção de que ambas as partes são coautoras e, portanto, responsabilizadas pela concessão”. Acrescenta Grilo *et al* (2004, p. 79):

As PPP são contratos entre o governo e os agentes da iniciativa privada com o objetivo de prover equipamentos, infraestrutura e serviços públicos. As parcerias podem se beneficiar do emprego das competências públicas e privadas no estabelecimento de relações nas quais os riscos, investimentos, responsabilidades e resultados são compartilhados. Além disso, as PPP têm como propósito a execução de uma obra ou serviço tradicionalmente provido pelo ente público. Pressupõe-se que tanto o parceiro público quanto o privado dispõem de características que possam conferir vantagens para a obra ou o serviço executado. As PPP tipicamente envolvem o financiamento, o projeto, a construção, a operação e a manutenção das facilidades empregadas na prestação do serviço.

Desta forma, Lula da Silva dá continuidade aos interesses dos organismos internacionais, de acordo com Lima (2007, p. 124):

O governo Lula da Silva não implementa um projeto nacional de desenvolvimento, na medida em que suas políticas aprofundam e ampliam a desnacionalização e a desindustrialização de setores estratégicos do país, destroem os direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, estimulam a abertura comercial sem limites para o capital estrangeiro, tudo isso buscando articular o consenso passivo e consenso ativo dos trabalhadores, mas também reprimindo, se necessário, para garantia da lucratividade do capital.

Para essa mesma pesquisadora, no governo Lula da Silva, a privatização do ensino superior é viabilizada através das relações de parcerias entre o público e o privado (por exemplo, o ProUni, forma de financiamento público de Instituições de Ensino Superior particulares). É permitido um impulso mais evidente na abertura do campo educacional para a participação de empresas e grupos internacionais, no caso da Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004), por exemplo, que versa sobre parcerias entre empresas e universidades públicas, ou ainda, em nome da democratização do acesso ao ensino superior, destaca-se a ênfase dada ao ensino à distância (Ead), além da criação de várias fundações de direito privado no interior das instituições de ensino superior públicas.

Na medida em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público, será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado [...] (LIMA, 2007, p.19).

Ou ainda, conforme Araújo (2004, p. 166), a privatização do ensino pode ocorrer de diversas maneiras:

a) transferência para a propriedade privada de estabelecimentos públicos (a privatização propriamente dita);

b) cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (privatização implícita); c) reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (privatização por atribuição); d) financiamento público do consumo de serviços privados etc.

Para alguns especialistas que se debruçam sobre o processo de financiamento da educação superior nacional, a privatização da educação superior não se refere apenas à questão da diminuição de verba pública para as IES estatais, mas na “realocação de verbas públicas” para a iniciativa privada (GENTILI, 2000).

Conforme Leher (2004b, p. 3), a “indução privada estará guiada pelos nichos de mercado, fragmentando e focalizando a oferta educacional e, conforme aponta o INEP, expandindo matrículas em instituições que sequer atendem aos requisitos mínimos de qualidade definidos na LDB”.

Exemplo dessa realocação de verbas, cita-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), onde o Estado passa a responsabilidade do ensino superior às IES privadas em troca de isenção fiscal.

PARA A INICIATIVA PRIVADA, O PROUNI

O Programa Universidade para Todos (ProUni) é um programa do Ministério da Educação, criado com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em IES privadas. Foi criado no ano 2004, no primeiro mandato do governo Lula da Silva, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e continuado amplamente no governo da presidenta Dilma Rousseff.

O ProUni é dirigido a estudantes egressos do ensino médio da rede pública, ou bolsistas integrais da rede particular, com renda per capita familiar de, no máximo, três salários mínimos, sendo a seleção dos candidatos feita através do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

Para justificar o ProUni, o governo federal utiliza o discurso de justiça social, que permite o acesso ao ensino superior das camadas mais pobres do país, e, certamente,

Há pontos de avanço. Apesar de não ter sido criado com o objetivo de ser uma política de acesso e permanência ao ensino superior, há um importantíssimo componente de inclusão social no programa. Ele possibilitou que certa parcela de estudantes de mais baixa renda e da escola pública, na última década, pudesse chegar ao ensino superior. Esse segmento de alunos que atinge, dadas suas características socioeconômicas, está marcado por dois tipos de entraves quando se busca ter acesso ao ensino superior: uma restrição competitiva quando disputa o vestibular das instituições públicas, já que grande parte dos estudantes da rede pública brasileira de educação básica não compete em condições equilibradas com as classes média e média alta; e enfrenta, também, uma restrição financeira, pois, mesmo trabalhando e recebendo salários, tais alunos não conseguiriam pagar as mensalidades e dar conta das obrigações de sustento próprio e da família (ALMEIDA, 2015, p. 50).

No entanto, apesar de reconhecimento à contribuição dessa política pública para democratização do ensino superior no país [algo que não seria possível se não fosse custeado pelo Estado], especialistas que defendem a universalidade da educação pública, como gratuita e de qualidade para todos, criticam sua essência.

Segundo Leher (2004a, p. 1), esse programa é apenas mais um que fomenta o “apagamento da fronteira moderna entre o público e o privado, convertendo a educação em mercadoria e a universidade em lugar de capitalismo acadêmico”. Para Orantó (2006, p. 6):

Com esses recursos (perda de impostos e pagamento de mensalidades), direcionados para as universidades federais, novos professores poderiam ser contratados e todos os cursos de graduação poderiam ser oferecidos no horário

noturno. A tendência seria de chegar em três ou quatro anos a 1 milhão de novas matrículas nas universidades públicas e não 120.000 bolsas como pressupõe o Prouni. O mais grave é que o Programa não prevê mecanismos de controle sobre a qualidade dos cursos.

Porém, quanto a essa última preocupação apontada por Orantro (2006), encontramos estudos mais recentes que nos esclarecem sobre as dinâmicas de reorientação a este programa, com ampliação da dimensão inclusiva a partir de critérios definidos pelo MEC para distribuição de bolsas e de maior controle estatal na gestão dos recursos destinados às instituições privadas, como as “Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Prouni (Colaps). Implementadas pela Portaria do MEC nº 1.132/2009, tendo como objetivo o acompanhamento e a fiscalização do programa nas instituições privadas” (ALMEIDA, 2015, p. 51).

Segundo dados do *site* do ProUni⁶, este programa já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais.

Diferentemente do governo de FHC – caracterizado pela racionalização dos recursos destinados às universidades públicas, e o fortalecimento da iniciativa privada enquanto *locus* privilegiado (ARAÚJO, 2011, p. 18) –, o governo de Lula da Silva não priorizou tão somente o avanço da iniciativa privada para a o ensino superior. O programa de governo de Lula para o segundo mandato, por exemplo, teve como destaque o enunciado “desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade” (Partido dos Trabalhadores, 2006). Para a educação superior, o programa previa o acesso mais amplo a uma universidade reformada, expandida e com qualidade. Para isso, destacam-se as metas para aprofundar a ampliação de vagas no ensino superior com qualidade, continuidade do ProUni, criação de novas Universidades Federais, ampliação das vagas nas Universidades Federais existentes e o REUNI (TAVARES *et al*, 2011).

⁶ Fonte: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Aces. 02 abril de 2017.

PARA AS IES FEDERAIS, O REUNI

Em seu segundo mandato, através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o presidente Lula da Silva lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo principal objetivo era ampliar o acesso e permanência na educação superior.

Por intermédio do REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para expandir o ensino superior público. De acordo com Araújo e Pinheiro (2010, p. 647), esse plano tinha como objetivo criar condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação mediante ações para aumentar o número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação de oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão.

O modelo de gestão das IES Federais, adotado no REUNI, é o da política para atingir metas, implantado com o modelo de controle de resultados e foco na eficiência e nos resultados. A ampliação da oferta de educação superior se deu pelo aumento de vagas de ingresso, principalmente no período noturno, redução de taxas e de evasão e ocupação de vagas ociosas. Os recursos financeiros para custear os planos de reestruturação das IES federais, previstos no artigo 3º do Decreto nº 6.096/2007, foram liberados ao longo da vigência do plano. As despesas permitidas eram:

- I – Construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa;
 - II – compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
 - III – despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.
- (BRASIL, 2007)

A expansão universitária pública teve início em 2003, no início do primeiro mandato do governo Lula, com a interiorização dos *campi*

das universidades federais. O número de municípios atendidos pelas universidades federais passou de 114, em 2003, para 237, ao final de 2011. Desde o início da expansão, foram criadas 14 universidades federais e mais de 100 novos *campi*, que possibilitaram a ampliação de vagas nas IES federais e a criação de novos cursos (BRASIL, 2007):

Figura 1: Crescimento das universidades federais durante o governo de Lula da Silva (2003-2010)

Figura 2. Crescimento de universidades federais no Brasil, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (MEC/INEP/SEEC, Brasil, 2012).

Em 2003, no início do primeiro mandato do governo de Lula da Silva, o número de matrículas nas IES federais era de 567.101. No final de seu primeiro mandato em 2006, o número de alunos matriculados nessa mesma esfera administrativa foi de 589.821, ou seja, houve um aumento de 4% no número de matrículas em relação ao primeiro mandato.

Com a implementação do REUNI, o número de matrículas, no final do segundo mandato do governo Lula, no ano 2010, passou para 833.934, um aumento de 41.4%.

Para Araújo e Pinheiro (2010, p. 647-668), o REUNI foi uma tentativa de resposta à crise do ensino superior, por meio de novos arranjos organizacionais e novos mecanismos de gestão, na busca da

eficiência no gasto público, mediante contratos por resultados firmados com as universidades federais.

Desta forma, ao reconhecer o papel estratégico das universidades federais, durante seu governo, Lula da Silva criou 16 universidades federais e dezenas de *campi* universitários em diversas regiões do país, conforme como se pode verificar na seguinte tabela.

Tabela 3: Evolução do número de instituições de educação superior por dependência administrativa no Brasil durante o governo Lula da Silva (2003-2010)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2003	1.859	83	65	59	1.652
2010	2.378	99	108	71	2.100
2003/2010 (%)	27.9	19.3	66.2	20.3	27.1

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (MEC/INEP/SEEC, Brasil, 2012).

De acordo com os dados do INEP, a evolução do percentual de IES durante o governo de Lula da Silva (2003-2010) aumentou em 27,9%, entretanto a evolução do número de IES públicas (federais, estaduais e municipais, quando somadas) totaliza 34,2%, enquanto as IES privadas tiveram aumento de 27,1%. Ou seja, a aumento total (quase 28%) assemelha-se com a dinâmica de crescimento das instituições privadas (em função do quantitativo destas ser quase 10 vezes maior que às IES públicas), porém o aumento das públicas foi maior (34,2%). O percentual de IES públicas federais obteve um índice de 19%, estaduais de 66% e municipais 20%.

O aumento do número de IES públicas (somatório entre federais, estaduais e municipais) foi de 71 instituições, enquanto o aumento do número de IES privadas atingiu 448 instituições.

As políticas públicas educacionais para o ensino superior adotadas por Lula da Silva fizeram com que as matrículas nas IES tivessem um comportamento diferente de seu antecessor, presidente Fernando Henrique Cardoso. Comparativamente entre o período de 2003 e o período de 2010, houve um aumento no número de matrículas nos IES

federais que cresceu 47%, enquanto que nos IES privados apenas 45%, conforme podemos verificar na tabela 4.

Tabela 4: Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presenciais por dependência administrativa no Brasil durante o governo Lula da Silva (2003-2010)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2003	3.887.022	567.101	442.706	126.563	2.750.652
2010	5.449.120	833.934	524.698	103.064	3.987.424
2003/2010 (%)	40.2	47.1	18.5	-18.6	45.0

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (MEC/INEP/SEEC, Brasil, 2012).

As políticas adotadas pelo governo Lula da Silva beneficiaram tanto as IES públicas federais, bem como as privadas, no entanto os números de matrículas nas instituições públicas estaduais e municipais não obtiveram a mesma dinâmica em seus desempenhos. Enquanto nas IES públicas estaduais o aumento foi de apenas 18.5%, nas IES públicas municipais, apesar do aumento no número de instituições, houve redução no número de matrícula de 18.6%.

O desempenho do governo Lula da Silva o qualificou para encerrar seu mandato na Presidência da República no auge de sua popularidade. Após quase oito anos de governo, quase 83% dos brasileiros adultos avaliaram sua gestão como ótima ou boa - com isso, Lula atingiu a marca mais alta já alcançada por um presidente da República nas pesquisas realizadas pelo *Instituto de Pesquisa Datafolha*⁷, desde sua fundação (criado em 1983, pertence ao *Grupo Folha*, que administra o maior jornal impresso do país, o *Folha de S. Paulo*).

Os resultados conquistados por Lula da Silva, aliados à sua popularidade, lhe permitiram o êxito na eleição de sua sucessora, sua ex-ministra-chefa da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff.

⁷ Fonte: *Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>. Aces. 01 abr. 2017.

O ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO DE DILMA VANA ROUSSEFF: INDISPENSÁVEIS CONSIDERAÇÕES

Dilma Rousseff assumiu a presidência da república por dois mandatos consecutivos: o primeiro, de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, o segundo, de 1º de janeiro de 2015 até o dia 12 de maio de 2016, quando foi afastada do cargo de presidenta em virtude do processo de *impeachment*.

Diante da enorme popularidade do presidente Lula ao final do seu mandato, nas eleições presidenciais de 2010 a candidata da situação Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe do Executivo brasileiro vencendo a eleição no segundo turno com 56% de votos. Economista, ex-guerrilheira, e bem menos simpática e carismática que seu companheiro, ela havia ocupado o cargo de Ministra de Minas e Energias no governo do seu padrinho político, no qual se destacou e chamou a atenção do mesmo, sendo assim a escolhida a candidata para a disputa eleitoral de 2010, contra seu principal adversário, José Serra, do PSDB. O sucesso do projeto político da sucessão de Lula possibilitou a continuidade, palavra chave para Dilma, preocupada em garantir às percepções das pessoas que ela seria uma continuação – e ampliação – do projeto posto em prática pelo seu antecessor (ESPÍNOLA; CAVALCANTE, 2014, pp. 05-06).

Durante os cinco anos e cinco meses em que esteve como presidenta do país, Dilma Rousseff ampliou programas e/ou políticas públicas educacionais criadas por seu antecessor, Lula da Silva, bem como viabilizou outras ações voltadas para a democratização da educação brasileira:

Especificamente no período de Dilma Rousseff, podemos verificar que ela amplia os programas criados por Lula, como aumentando as vagas para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – o ENEM em 2014 atingiu o recorde de mais de 9 milhões de inscritos –, o Programa Nacional do

Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos, dentre outros. Mas a marca que Dilma Rousseff quer deixar mesmo, no quesito educação, é na Educação Profissionalizante, fortalecendo escolas e institutos técnicos, além da modernização e expansão das escolas públicas de Ensino Médio que estão integradas à educação profissional (ESPÍNOLA; CAVALCANTE, 2014, pp. 12-13).

Em 26 de outubro de 2011, Dilma Rousseff assina a Lei nº 12.513, que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que tem por objetivo espalhar e democratizar por todo o território nacional, inclusive no interior, regiões menos integradas e em condições de vulnerabilidade social, a oferta de cursos técnicos e profissionais, preparando um grande número de estudantes para o mercado de trabalho. Este programa matriculou mais de 7,5 milhões em cursos técnicos e de qualificação em mais de 400 áreas de conhecimento.

Destaque também para a expansão da educação profissional e tecnológica através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, processo já iniciado no governo de Lula da Silva.

De acordo com o relatório Expansão da Educação Superior Profissional e Tecnológica⁸, do Ministério da Educação, e dados do Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculado ao *site* do MEC⁹, a Rede Federal vivencia a maior expansão de sua história. Desde sua fundação, em 1909 (pelo presidente Nilo Peçanha), até o ano 2002 (fim do governo Fernando Henrique Cardoso), o Brasil tinha apenas 140 *campi* de institutos federais. Entre os anos 2003 a 2016, durante os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, mais de 500 novas unidades foram criadas, totalizando 644 *campi* em funcionamento.

São 38 institutos federais presentes em todos estados, que mesmo oferecendo cursos de qualificação, cursos profissionalizantes subsequentes

⁸ Expansão da Educação Superior Profissional e Tecnológica (MEC, 2014). Fonte: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Aces. 01 abr. 2017.

⁹ Expansão da Rede Federal. Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Aces. 01 abr. 2017.

ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, além de programas de mestrado e doutorado, possuem como modalidade prioritária de oferta, o ensino médio integrado a cursos profissionalizantes. Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram à lei de criação dos institutos federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois CEFET's, 25 escolas vinculadas às universidades federais, o Colégio Pedro II e uma universidade tecnológica.

Quando esteve à frente do Ministério da Educação no ciclo petista, o então ministro Fernando Haddad adotou a política de reorganização da educação profissionalizante, reorganizando, portanto, os currículos dos referidos institutos federais, alargando o tempo de formação propedêutica, na perspectiva do ensino integrado (PELISSARI, 2018).

As imagens que seguem, tratam da mensuração da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

Figura 2: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades

Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Aces. 01 abr. 2017.

Figura 3: Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Aces. 01 abr. 2017.

Quanto à expansão da Rede Federal na Amazônia Legal durante o ciclo petista, temos os seguintes dados oficiais¹⁰:

1) Acre: Em novembro de 2007, o MEC designou ao então Centro Federal de Educação do Amazonas (CEFET-AM) a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre. Porém, no dia 29 de dezembro de 2008 foi publicada a Lei 11.892 e a Escola Técnica que ainda estava no papel se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, com total de seis *campi*¹¹.

2) Amapá: Também em 2007, o MEC designou ao então Centro Federal de Educação do Pará (CEFET-PA) a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá. Porém, com a publicação da citada lei de 2008, a Escola Técnica foi convertida em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), com total de cinco *campi*¹².

¹⁰ Os dados aqui apresentados, foram coletados nos *sites* de cada uma destas instituições que atuam na Amazônia Legal, na data de 15 de agosto de 2019.

¹¹ Fonte: <<https://portal.ifac.edu.br/historico.html>>.

¹² Fonte: <<http://www.ifap.edu.br/index.php/menu-teste/historico>>.

3) Amazonas: Se em março de 2001, por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), no ciclo petista foi convertida em Instituto Federal do Amazonas, e chegou a quinze *campi*¹³.

4) Maranhão: No ano de 1989, a Escola Técnica Federal do Maranhão foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA), mas foi durante o ciclo petista, a partir do ano de 2006 que passou a efetivar a sua expansão, chegando a 29 *campi*¹⁴,

5) Mato Grosso: Com a Lei 11.892, que cria os Institutos Federais em todo o país, em Mato Grosso, a junção do Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso (CEFET-MT) com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (CEFET-Cuiabá) e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, passam a funcionar como o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), passando de três para quatorze *campi*¹⁵.

6) Pará: Se na década dos anos 1990, a Escola Industrial Federal do Pará foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA) com unidades em quatro municípios apenas, no ciclo petista passou a funcionar como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, e chegou a dezoito *campi*¹⁶.

7) Rondônia: Da mesma forma que o Instituto Federal do Acre, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi criado a partir da Lei 11.892/2008, chegando a dez *campi*¹⁷.

8) Roraima: Em novembro de 2002, por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-RR), e, a partir do ano 2005, já no ciclo petista começou seu processo de expansão, sendo convertida em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, passando a funcionar com cinco *campi*¹⁸.

¹³ Fonte: <<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam>>.

¹⁴ Fonte: <<https://portal.ifma.edu.br/instituto/historico/>>.

¹⁵ Fonte: <<http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/apresentacao-e-historico/>>.

¹⁶ Fonte: <<https://di.ifpa.edu.br/o-que-e-rss/2-uncategorised/299-historico-do-ifpa>>.

¹⁷ Fonte: <<https://www.ifro.edu.br/sobre-o-ifro>>.

¹⁸ Fonte: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1>>.

9) Tocantins: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa), e foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, funcionando em onze *campi*¹⁹.

Portanto, se até o governo Fernando Henrique Cardoso a Amazônia brasileira contava com menos de uma dúzia de *campi* de Escolas Técnicas e/ou CEFETs, durante o ciclo petista, esta região chegou a possuir 113 *campi* em mais de 100 municípios. Importa ressaltar, que esse levantamento diz respeito apenas aos *campi* presenciais, não considera, portanto, outras centenas de municípios da região que são atendidos através dos polos presenciais e/ou polos atendidos pela modalidade de ensino de educação à distância. Desta forma, esses dados evidenciam o quanto os governos petistas investiram na educação pública federal, oportunizando a milhões de brasileiros que residem em regiões afastadas dos grandes centros nacionais, o acesso não somente a um diploma da educação profissionalizante e/ou superior, mas a conquista da igualdade, e, principalmente, da dignidade enquanto cidadão brasileiro.

Durante o ciclo petista, o investimento na educação pública federal não ocorreu apenas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mas também, permitiu a expansão das universidades federais durante este ciclo governamental. Ora, se nos dois mandatos de Lula da Silva foram criadas quatorze universidades federais, com mais de 100 novos *campi* (BRASIL, 2007), no governo de Dilma Rousseff, foram criadas quatro novas universidades com um total de 18 *campi*. Na Amazônia, Dilma criou a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Outra política educacional voltada para o ensino superior, criada por Dilma Rousseff, é o programa Ciência sem Fronteiras. Criado em 13 de dezembro de 2011, através do Decreto Presidencial nº 7.642, o programa objetivou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

¹⁹ Fonte: <<http://www.ifto.edu.br/ifto>>.

Durante governo de Dilma Rousseff, o governo federal proporcionou mais de 100 mil bolsas de estudos através de intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fizessem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

Assim, mesmo com a ampliação de programas e/ou políticas públicas criadas por seu antecessor, Lula da Silva, e com a criação de outras ações voltadas para a democratização da educação, o incentivo fiscal à iniciativa privada, ampliado pelo governo Dilma Rousseff, permitiu o avanço das IES privadas no país.

Os dados estatísticos mais recentes sobre o quadro geral da situação do ensino superior no país são referentes ao ano 2015 e foram divulgados em 06 de outubro de 2016, pelo órgão oficial do governo federal, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde é nítido o crescimento da iniciativa privada em detrimento da oferta de vagas para o ensino superior nas instituições públicas:

Figura 4: Estatísticas Gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 2015

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Educação Superior - Graduação						
Instituições	2.364	295	107	120	68	2.069
Cursos	33.501	10.769	6.313	3.709	747	22.732
Matrículas em cursos de graduação	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
Matrículas em cursos sequenciais de formação específica	6.277	440	124	250	66	5.837
Ingressos	2.920.222	534.361	336.093	161.704	36.564	2.385.861
Concluintes	1.150.067	239.896	134.447	86.770	18.679	910.171
Educação Superior - Pós-Graduação <i>Scripto Sensu</i>						
Matrículas	325.230	269.395	184.041	83.856	1.498	55.835
EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL						
Matrícula Total	8.358.804	2.221.980	1.398.800	702.739	120.441	6.136.824
Função Docente em Exercício	388.004	165.722	105.558	52.575	7.589	222.282
Docente em Exercício	354.499	163.510	104.787	51.281	7.442	190.989

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

Os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016) apresentados na tabela acima, apontam que no ano anterior, 2015, chegou-se a mais de 8 milhões de matrículas em IES (equivalente ao tamanho do ensino médio nacional), sendo que apenas 24,3% desses matriculados estão na rede pública, enquanto 75,7% corresponde ao número de matriculados na rede privada.

Figura 5: Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, de 1980 a 2015

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

Quando levado em consideração a relação entre matrículas privada X pública, por unidade federativa, o INEP (BRASIL, 2016) afirma que 20 estados e o Distrito Federal possuem mais alunos matriculados em IES privadas do que em públicas, ou seja, em apenas seis estados há mais alunos matriculados em IES públicas, “de cada 4 estudantes de graduação, 3 estudam em instituições privadas” (BRASIL, 2016, p. 55).

Figura 6: Relação entre matrículas privadas/públicas por unidade da Federação – 2015

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

No estado de São Paulo, por exemplo, há mais de cinco alunos na rede privada para cada aluno na rede pública. Já entre os estados que compõem a Amazônia Legal, podemos destacar as posições de 3º lugar nesta relação, enquanto o estado de Roraima (junto com o Tocantins) está em 3º lugar como o estado que menos possui alunos matriculados na rede privada, o estado de Rondônia está em 3º lugar entre os que mais possuem alunos nessa mesma esfera de ensino.

Quando analisado o quantitativo total de alunos matriculados com financiamento estudantil e/ou bolsa em cursos de graduação na rede privada, durante os anos 2009 a 2015, tem-se a seguinte totalidade:

Figura 7: Matrícula na rede privada entre os anos 2009 a 2015

Ano	Matrícula na rede privada				
	Total	Com financiamento estudantil			
		Total	FIES	PROUNI	Outros
2009	4.460.683	1.006.020	133.089	337.727	535.204
2010	4.764.062	1.294.887	151.035	337.185	806.667
2011	4.991.898	1.523.520	220.603	365.782	937.135
2012	5.160.266	1.785.246	434.000	399.507	951.739
2013	5.389.948	2.206.263	817.081	385.427	1.003.755
2014	5.878.199	2.707.330	1.303.202	437.786	966.342
2015	6.080.989	2.699.068	1.332.369	483.336	883.363

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

O quantitativo descrito na tabela acima pode ser mensurado pelo seguinte percentual:

Figura 8: Matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/ bolsa entre 2009-2015

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

O gráfico seguinte mensura os recursos financeiros (valores nominais) investidos pelo governo federal nos últimos 10 anos (2006-2015) em programas de financiamento para a educação superior privada:

Figura 9: Investimento do governo federal na educação superior privada entre 2006 a 2015

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

No entanto, é importante destacar que os dados aqui apresentados revelam que, por mais que tenha havido uma evidente expansão do ensino privado no referido período governamental, quando comparado ao governo de Fernando Henrique Cardoso, pode-se afirmar que durante o ciclo petista houve um maior investimento no setor público.

Quanto à Amazônia brasileira, este é o quadro atual que descreve o quantitativo de alunos matriculados e instituições de ensino superior segundo o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016) mais recente:

Figura 10: Amazônia Legal

Fonte: Google Maps

Tabela 5: Alunos matriculados – 2015

Região Geográfica	Total	Público	Privado
Brasil	8.027.297	1.952.145	6.075.152
Amazônia Legal	960.903	296.215	664.688
(%)	11,97	15,17	10,94

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

Tabela 6: Quantitativo de IES – 2015

Região Geográfica	Total	Público	Privado
Brasil	2.364	265	2.069
Amazônia Legal	241	30	211
(%)	10,19	11,32	10,20

Fonte: INEP/Censo da Educação Superior (Brasil, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos apontados neste texto, nos motiva afirmar que as reformas instaladas no ensino superior brasileiro nas últimas três décadas são atreladas às condições políticas e econômicas no que diz respeito à reestruturação da produção e à reforma do Estado. Em se tratando de educação superior em específico, principalmente nos dois governos presidenciais dos dois presidentes com mandato por 08 anos ininterruptos, FHC e Lula da Silva, a despeito da esteira econômica, o sentido que se apreende, é que prevaleceram as influências e recomendações dos organismos internacionais.

No entanto, apesar das propostas do Banco Mundial constituírem-se em tendência para a maioria dos países latino-americanos, a inserção da agenda neoliberal foi assimilada de forma diferenciada, de acordo com a correlação de forças políticas internas (Cunha *apud* Ribeiro, 2000).

No Brasil, o advento do neoliberalismo a partir do início dos anos 90, revela que o ensino superior, foi coerente e conduzido segundo a esteira sistêmica neoliberal, materializada pela inter-relação entre o segmento público e privado de ensino, assim como o financiamento público e privado do sistema, em especial, o governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, com a ascensão de um governo em que o presidente tem como origem a classe popular, Luís Inácio Lula da Silva, e continuado pelos mandatos presidenciais de Dilma Rousseff, somos levados a compreender que os dados oficiais revelam que as políticas adotadas pelo ciclo petista indicam que este privilegiou, com efeito, “a agenda da educação superior, como a ampliação e democratização de acesso, inclusive procurando o viés da equidade, ao contemplar populações historicamente não atendidas, quer por razões econômicas, quer, aliada a estas, raciais” (AGUIAR, 2016, p. 124).

Desta forma, este estudo procurou revelar, a partir dos dados quantitativos apresentados, ser possível afirmar que, mesmo com contradições, com ambiguidades, a reforma do ensino superior, proposta pelo ciclo petista, tanto pública, quanto privada, certamente esteve à frente

das implementações propostas por outros governos pós-redemocratização nacional, principalmente para a Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Rev. Sociol. Polit.* vol.24 n.57 Curitiba Mar. 2016.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. PROUNI: limites, avanços e desafios em uma década de existência. In: Heringer, Rosana (Org.). *Democratização da educação superior no Brasil: novas dinâmicas, dilemas e aprendizados*. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n.7, jan.-jun. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, Raquel Dias. Crise do capital e a universidade: a reforma para o mercado. In: JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos (Org.). *Trabalho, Educação e Lutas de Classe*. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.
- ARAÚJO, Rhoberta Santana de. *A implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do campus universitário de Altamira*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, 2011.
- ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; PINHEIRO, Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010.
- BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales*. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília, DF: 1995. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior (2013)*. Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 2.306*, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D2306.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 3.860*, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3860.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 5.773*, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.260*, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em 13 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.079*, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.096*, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 7.200*. Estabelece normas gerais para a educação superior no sistema federal de ensino. Encaminhado pelo poder executivo ao Congresso Nacional em 12 de junho de 2006 onde tramita na Câmara Federal em Comissão Especial, criada em 13 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/especial/pl421204/>> Acesso em: 12 ago. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação. In: *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

- CARVALHO, Cristina Helena de Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2008). Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise (Orgs.). *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*, Campinas, Alínea, p. 125-139. 2006.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro a formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 481-500, 2010.
- ESPÍNOLA, André Felipe de Albuquerque; CAVALCANTE, Rita de Cássia. Políticas Públicas da educação no período Luiz Inácio Lula da Silva - Dilma Rousseff (2003-2014). In: *VI Semana de Humanidades*. Guarabira: CH/UEPB – Campus III, 2014. Disponível em <https://www.academia.edu/16702042/Políticas_Públicas_de_Educação_no_Governo_Dilma_e_Lula> Acesso em 14 de julho de 2016.
- GARCIA, Ana Saggiaro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário / organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. et al.*, 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 12-25.
- GENTILI, Pablo. A privatização da política educacional: dez questões. *Boletim de Políticas Públicas*, nº 1, Laboratório de Políticas Públicas, LPP-UERJ, dez. 2000.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRILO, Leonardo; MELHADO, Sílvio; SILVA, Sérgio Alfredo Rosa; HARDCASTLE, Cliff; PIRES JUNIOR, Ariovaldo Barbosa. Parcerias público-privadas (PPP): alternativa para a provisão de infraestrutura e serviços públicos no Brasil. *Revista Brasil Engenharia*, São Paulo, v. 565, p. 78-86, 2004.

- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, Vol. 4, nº 11, 2007.
- LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.25, n. 88, out. 2004a.
- LEHER, Roberto. A contrarreforma universitária do Governo Lula. *Margem Esquerda*, n.3, São Paulo, Boitempo, abr. 2004b.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. *Contra-reforma na educação Superior*. de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.
- MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 175-192.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley. Legislação e planejamento no processo de privatização da educação superior. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002a, p. 137-150.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley. Rumos históricos da organização privatista. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002b, p. 179-220.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley. Apresentação. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005a, p. 15-17.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005b, p. 85-125.

- NEVES, Lucia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) *O empresariamento da educação*. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n°. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.
- ORANTRO, Célia Regina. Desvendando a Política da Educação Superior do Governo Lula. *Revista Universidade e Sociedade* – ANDES-SN, ano XVI, n° 38, jun/2006, p. 18-29.
- PELISSARI, Lucas Barbosa. *Educação profissional e neodesenvolvimentismo: políticas públicas e contradições*. Jundiaí, SP: Paco, 2019.
- RIBEIRO, Maria das Graças M. Políticas para a educação superior no cone sul: do autoritarismo ao neoliberalismo. *Pró-Posições*, v. 11, n° 3, nov. 2000.
- RODRIGUES, José. *Os empresários e a educação superior*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil, ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 5-27, 2005.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1.021-1.056, 2006.

- TAVARES, Maria das Graças Medeiros; OLIVEIRA, Maria Antonieta Albuquerque de; SEIFFERT, Otília Maria Lúcia Barbosa. Avaliação da educação superior na revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação: ênfases e tendências. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, vol.19, núm.71, Rio de Janeiro, p. 233-258, 2011.
- UGÁ, Vívian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, n.23, Curitiba, Nov. 2004.

Texto recebido em 14/03/2019 e aprovado em 17/07/2019